

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Da COMISSÃO ESPECIAL DE TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E PRODUÇÃO DE HIDROGÊNIO)

Institui o marco legal do hidrogênio de baixo carbono, dispõe sobre a Política Nacional do Hidrogênio de Baixo Carbono, seus princípios, objetivos, conceitos, governança e instrumentos, cria o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixo Carbono – PHBC, e altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei 9.991, de 24 de julho de 2000, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, a Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, a Lei nº 14.182, de 12 de junho de 2021, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta lei institui o marco legal do hidrogênio de baixo carbono, dispõe sobre a Política Nacional do Hidrogênio de Baixo Carbono, seus princípios, objetivos, conceitos, governança e instrumentos, cria o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixo Carbono – PHBC, e altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei 9.991, de 24 de julho de 2000, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, a Lei

nº 11.488, de 15 de junho de 2007, Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, a Lei nº 14.182, de 12 de junho de 2021.

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DE HIDROGÊNIO DE BAIXO CARBONO

Art. 2º Fica instituída a Política Nacional do Hidrogênio de Baixo Carbono, com os seguintes princípios:

I – respeito à neutralidade tecnológica na definição de incentivos para produção e usos de hidrogênio de baixo carbono;

II – inserção competitiva do hidrogênio de baixo carbono na matriz energética brasileira para sua descarbonização;

III – previsibilidade na formulação de regulamentos e na concessão de incentivos para expansão do mercado;

IV – aproveitamento racional da infraestrutura existente dedicada ao suprimento de energéticos; e

V – fomento à pesquisa e desenvolvimento do uso de hidrogênio de baixo carbono.

Art. 3º São objetivos da Política Nacional do Hidrogênio de Baixo Carbono:

I – preservar o interesse nacional;

II – incentivar as diversas rotas de produção de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados, valorizando as múltiplas vocações econômicas nacionais;

III – promover o desenvolvimento sustentável e ampliar o mercado de trabalho das cadeias produtivas de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados;

IV – promover as aplicações energéticas do hidrogênio de baixo carbono e seus derivados e valorizar seu papel como vetor da transição energética em diversos setores da economia nacional;

V – valorizar o uso de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados para suprimento do mercado interno e para fins de exportação;

VI – proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta estável e perene de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados;

VII – proteger o meio ambiente, promover a conservação de energia e mitigar as emissões de gases causadores de efeito estufa e de poluentes nos consumos energético e industrial;

VIII – incentivar o fornecimento de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados em todo o território nacional;

IX – promover a livre concorrência;

X – atrair e incentivar investimentos nacionais e estrangeiros para a produção de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados;

XI – ampliar a competitividade do País no mercado internacional;

XII – promover, em bases econômicas, sociais e ambientais, a participação do hidrogênio de baixo carbono e seus derivados na matriz energética nacional;

XIII – fomentar iniciativas de produção de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados para exportação ou uso em cadeias produtivas diversas visando agregar valor a produtos nacionais;

XIV – atrair investimentos em infraestrutura para transporte e estocagem de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados;

XV – fomentar a pesquisa e o desenvolvimento relacionados aos usos do hidrogênio de baixo carbono e seus derivados para fins energéticos e industriais;

XVI – fomentar a transição energética visando ao cumprimento das metas do Acordo de Paris e demais tratados internacionais congêneres; e

XVII – promover a cooperação nacional e internacional para implementação de ações com vistas ao cumprimento dos compromissos e metas de mitigação das mudanças climáticas globais; e

XVIII - fomentar a cadeia nacional de suprimento de insumos e equipamentos para o hidrogênio de baixo carbono.

Parágrafo único. A Política Nacional do Hidrogênio de Baixo Carbono integra a Política Energética Nacional de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

CAPÍTULO II DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Art. 4º Para os fins desta Lei e de sua regulamentação, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I – Hidrogênio de baixo carbono: hidrogênio combustível ou insumo industrial, coletado ou obtido a partir de fontes diversas de processo de produção, respeitado o critério de adicionalidade e observados os critérios de temporalidade ou de exigência de fonte renovável, conforme o regulamento, e que possua emissão de gases causadores do efeito estufa (GEE), conforme análise do ciclo de vida, com valor inicial menor ou igual a quatro quilogramas de dióxido de carbono equivalente por quilograma de hidrogênio produzido ($4 \text{ kgCO}_2\text{eq/kgH}_2$);

II – Hidrogênio renovável: hidrogênio combustível ou insumo industrial, coletado ou obtido a partir de fontes renováveis, incluindo solar, eólica, hidráulica, biomassa, biogás, gases de aterro, geotérmica, das marés e oceânica e ambiente;

III – Derivados de hidrogênio: produtos de origem industrial que tenham o hidrogênio, coletado ou obtido nas formas previstas neste artigo, como insumo no processo produtivo;

IV – Certificado de hidrogênio: certificação de hidrogênio de baixo carbono e/ou renovável, emitida por agente autorizado por autoridade competente que ateste as características do processo produtivo, que deve incluir, pelo menos, as características contratuais dos insumos empregados, a localização da produção, informações sobre o ciclo de vida e a quantidade de dióxido de carbono equivalente emitida, além do disposto em regulamento;

V – Adicionalidade: critério de avaliação do hidrogênio de baixo carbono que obriga que todo insumo utilizado em sua produção seja proveniente de fontes dedicadas e adicionadas ao sistema em até 36 (trinta e seis) meses antes da data de vigência desta lei, incluindo expansão de capacidade instalada de fontes existentes;

VI – Temporalidade: critério de avaliação do hidrogênio de baixo carbono que considera o momento de sua produção para fins de avaliação de

deslocamento de seus insumos por outros com alta emissão de carbono, com base temporal a ser definida em regulamento;

VII – Estudo de análise de risco (EAR): parte integrante do estudo ambiental que contempla a avaliação da vulnerabilidade do empreendimento e da região em que está localizado, incluindo técnicas de identificação de perigos, estimativas de frequência de ocorrências anormais e o gerenciamento de riscos;

VIII – Plano de gerenciamento de risco (PGR): documento que descreve como o gerenciamento de risco do empreendimento será executado, monitorado e controlado; e

IX – Plano de ação de emergência (PAE): documento integrante do plano de gerenciamento de risco do empreendimento que estabelece as ações a serem executadas pelo empreendedor em caso de situação de emergência e identifica os agentes a serem dela notificados.

X – Ciclo de vida: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;

XI – Atributos de origem do hidrogênio: características relacionadas aos insumos utilizados na produção de hidrogênio de baixo carbono.

§ 1º O hidrogênio de que trata o inciso I do *caput* deste artigo deverá:

I – utilizar insumos renováveis ou descarbonizados;

II – para rota produtiva da eletrólise, utilizar energia elétrica que atenda a critério de adicionalidade ou temporalidade, conforme regulamento.

§ 2º A definição em regulamento da escala de emissões de que trata o inciso I do *caput* deste artigo deverá preservar o valor inicial de quatro quilogramas de dióxido de carbono equivalente por quilograma de hidrogênio produzido ($4 \text{ kgCO}_2\text{eq/kgH}_2$) até 31 de dezembro de 2030, devendo ser regressiva a partir dessa data.

TÍTULO II DA GOVERNANÇA

CAPÍTULO I
DOS INSTRUMENTOS E AGENTES DA POLÍTICA NACIONAL DO
HIDROGÊNIO DE BAIXO CARBONO

Art. 5º São instrumentos da Política Nacional do Hidrogênio de Baixo Carbono:

- I – o Programa Nacional do Hidrogênio;
- II – o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixo Carbono – PHBC;
- III – a Certificação do Hidrogênio de Baixo Carbono;
- IV – o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixo Carbono – Rehidro;
- V – a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para o desenvolvimento de pesquisas de novos produtos, métodos, processos e tecnologias para produção de hidrogênio de baixo carbono;
- VI – os incentivos fiscais, financeiros e creditícios de que trata essa lei.

Art. 6º São agentes responsáveis pela implantação da Política Nacional do Hidrogênio de Baixo Carbono os órgãos públicos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios cujas competências estejam relacionadas à consecução de seus objetivos, além dos órgãos previstos nesta lei.

Parágrafo único. Caberá ao Ministério de Minas e Energia, entre outras competências, propor ao Conselho Nacional de Política Energética – CNPE os parâmetros técnicos e econômicos para a elaboração dos fundamentos da Política Nacional do Hidrogênio de Baixo Carbono.

CAPÍTULO II
DO PROGRAMA NACIONAL DO HIDROGÊNIO

Art. 7º O Programa Nacional do Hidrogênio terá competências, diretrizes e atribuições instituídas em regulamento e em diretrizes do CNPE, que deverão incluir a execução da Política Nacional do Hidrogênio de Baixo Carbono de que trata esta lei.

Art. 8º Ao Comitê Gestor do Programa Nacional do Hidrogênio – Coges-PNH2, além das competências, diretrizes e atribuições instituídas em regulamento e em resoluções do CNPE, compete:

I – estabelecer as diretrizes para execução da Política Nacional do Hidrogênio de Baixo Carbono, considerando o que for estabelecido pelo CNPE e por esta lei;

II – aprovar o orçamento e coordenar as ações do Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixo Carbono – PHBC, de que trata esta lei;

III – apreciar recursos referentes a pedidos de habilitação de projetos de produção do hidrogênio de baixo carbono e seus derivados, bem como respectivos pedidos de prorrogação, ao regime tributário aplicável ao setor tratado nesta lei;

IV – expedir a orientação superior das políticas de produção e usos e aplicações do hidrogênio de baixo carbono e seus derivados;

V – apreciar recursos de ato de cancelamento ou de cassação de autorização de exercício das atividades previstas nesta lei;

VI – estabelecer diretrizes para a certificação de origem do hidrogênio de baixo carbono e seus derivados, nos termos desta lei;

VII - propor ao CNPE a realização de leilões de subvenção na forma prevista no art. 34 desta lei.

Art. 9º O Coges-PNH2 será integrado por:

I – um representante do Ministério de Minas e Energia, que o coordenará;

II – um representante da Casa Civil da Presidência da República;

III – um representante do Ministério da Fazenda;

IV – um representante do Ministério do Meio o Ambiente e Mudança do Clima;

V – um representante do Ministério das Relações Exteriores;

VI – um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;

VII – um representante do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;

VIII – um representante do Ministério da Educação;

IX – um representante do Ministério da Agricultura e Pecuária;

X – um representante da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República;

XI – um representante da Agência Nacional de Energia Elétrica;

XII – um representante da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis;

XIII – um representante da Empresa de Pesquisa Energética;

XIV – um representante dos Estados e do Distrito Federal;

XV – um representante da comunidade científica; e

XVI – três representantes do setor produtivo.

Parágrafo único. A escolha dos representantes do Coges-PNH2 que não integram o Poder Executivo federal será definida na forma do regulamento.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES DA GESTÃO DE RISCO

Art. 10. Os empreendimentos e as atividades de que trata essa lei deverão adotar medidas para gestão de risco de acidentes ou desastres.

§ 1º São instrumentos para gestão de risco de acidentes ou desastres dos empreendimentos e atividades:

I – estudo de análise de risco;

II – plano de gerenciamento de risco; e

III – plano de ação de emergência.

§ 2º O regulamento definirá os requisitos e os critérios para elaboração dos instrumentos previstos no § 1º, a serem exigidos pelo órgão regulador das atividades de produção e de usos e aplicações do hidrogênio e pelos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental.

CAPÍTULO IV

DA PRODUÇÃO, USOS E APLICAÇÕES

Seção I

Da Produção

Art. 11. As atividades de produção de hidrogênio de que trata esta lei serão exercidas por empresa ou consórcio de empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, e autorizadas pelo órgão regulador competente.

§ 1º A autorização para a produção do hidrogênio de que trata esta lei caberá à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), respeitadas as atribuições das demais agências reguladoras conforme fontes utilizadas no processo de produção.

§ 2º O regulamento observará as competências das agências reguladoras para estabelecer as atribuições de que trata o § 1º.

§ 3º É permitida a transferência da titularidade da autorização, mediante prévia e expressa aprovação pela ANP, desde que o novo titular satisfaça os requisitos previstos nesta lei.

Art. 12. O arranjo denominado *sandbox* regulatório, de que trata o inciso II do art. 2 da Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, poderá ser utilizado para a elaboração de normativos relacionados à atividade prevista no art. 11 desta Lei.

Art. 13. Ficam convalidadas as autorizações para o exercício da atividade de produção de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados vigentes na data de publicação desta lei, mediante análise de conformidade do órgão regulador competente de que trata o art. 11 desta lei.

Parágrafo único. A análise de conformidade de que trata o *caput* deste artigo deverá ser realizada em até 180 (cento e oitenta) dias após a data de publicação desta lei.

Seção II

Das demais atividades

Art. 14. As atividades relacionadas ao carregamento, ao processamento, ao tratamento, à importação, à exportação, à armazenagem, à estocagem, ao acondicionamento, ao transporte, à transferência, à distribuição, à revenda e à comercialização de hidrogênio poderão ser exercidas por quaisquer empresas ou consórcios de empresas constituídos sob as leis

brasileiras, com sede e administração no País, e que solicitem autorização à ANP.

Parágrafo único. Os agentes que obtiverem autorização para produção de hidrogênio prevista nos termos do art. 11 desta lei terão prioridade na tramitação dos pedidos de autorização previstos no *caput* deste artigo.

TÍTULO III DOS INCENTIVOS

CAPÍTULO I DOS INCENTIVOS TRIBUTÁRIOS

Seção I

Do Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixo Carbono – Rehidro

Art. 15. Fica instituído o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixo Carbono – Rehidro, nos termos desta lei.

§ 1º O Poder Executivo regulamentará a forma de habilitação e co-habilitação ao Rehidro.

§ 2º Regulamento poderá estabelecer como requisito para a continuidade da adesão ao Rehidro percentual mínimo de utilização de bens e serviços de origem nacional no processo produtivo e na pesquisa e desenvolvimento tecnológicos da pessoa jurídica habilitada ou co-habilitada.

Art. 16. É beneficiária do Rehidro a pessoa jurídica que, no prazo de até cinco anos da publicação desta lei, seja habilitada para a produção de hidrogênio de baixo carbono, nos termos do regulamento.

§ 1º Observado o prazo a que se refere o *caput* deste artigo, pode ser beneficiária do Rehidro a pessoa jurídica co-habilitada que:

I – exerça atividade de acondicionamento, armazenamento, transporte, distribuição ou comercialização de hidrogênio de baixo carbono; ou

II – se dedique à geração de energia elétrica renovável para a produção de hidrogênio de baixo carbono, atendendo aos critérios de adicionalidade e temporalidade de que trata esta lei.

§ 2º Também pode requerer a habilitação ao Rehidro a pessoa jurídica que já atue na produção de hidrogênio de baixo carbono na data de publicação desta lei, nos termos do regulamento.

§ 3º As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não poderão aderir ao Rehidro.

§ 4º A adesão e a continuidade ao Rehidro ficam condicionadas à regularidade fiscal da pessoa jurídica em relação aos impostos e contribuições administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

§ 5º São permitidos o ingresso e o aproveitamento do Rehidro pelas empresas instaladas em Zonas de Processamento de Exportação – ZPE, sem prejuízo dos benefícios estabelecidos pela Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007.

Art. 17. As importações e as aquisições no mercado interno de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos ou usados, e de materiais de construção realizadas por beneficiária do Rehidro terão suspensão da exigência das seguintes contribuições:

I – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins;

II – Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior – Cofins-Importação;

III – Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Contribuição para o PIS/Pasep;

IV – Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços – Contribuição para o PIS/Pasep-Importação.

§ 1º O disposto no *caput* deste artigo aplica-se também ao aluguel de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos ou usados, utilizados por beneficiária do Rehidro para a instalação ou o desenvolvimento de sua atividade.

§ 2º A suspensão de que trata este artigo aplica-se apenas aos bens necessários às atividades da empresa, para:

I – utilização na instalação ou expansão da estrutura de produção, armazenagem ou transporte de hidrogênio de baixo carbono ou de geração de energia elétrica renovável de que trata o inciso II do § 1º do art. 16, em relação a materiais de construção; e

II – incorporação ao ativo imobilizado da empresa beneficiária do Rehidro, nos demais casos, ressalvada a hipótese do § 1º deste artigo.

§ 3º Na hipótese de importação de bens usados, a suspensão de que trata o *caput* deste artigo será aplicada quando se tratar de conjunto industrial e que seja elemento constitutivo da integralização do capital social da empresa.

§ 4º A pessoa jurídica que utilizar os bens referidos no *caput* em desacordo com os §§ 1º a 3º deste artigo ou revendê-los antes da conversão em alíquota 0 (zero), na forma do § 5º deste artigo, fica obrigada a recolher as contribuições com a exigibilidade suspensa acrescidas de juros e multa de mora, na forma da lei, contados a partir da data da ocorrência dos fatos geradores dos tributos suspensos, na condição de:

I – contribuinte, nas operações de importação, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e à Cofins-Importação;

II – responsável, nas aquisições no mercado interno, em relação à Contribuição para o PIS/Pasep e à Cofins.

§ 5º Se não ocorrerem as hipóteses previstas no § 4º deste artigo, a suspensão de que trata este artigo converter-se-á em alíquota 0 (zero), decorrido o prazo de 2 (dois) anos, contado da data de ocorrência do fato gerador.

§ 6º Se não for efetuado o recolhimento das contribuições na forma do § 4º deste artigo, caberá lançamento de ofício, com aplicação de juros e da multa a contar do fato gerador, nos termos do art. 44 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

Art. 18. As importações e as aquisições no mercado interno de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem por beneficiária do Rehidro produtora de hidrogênio de baixo carbono terão suspensão da exigência das seguintes contribuições:

- I – Cofins;
- II – Cofins-Importação;
- III – Contribuição para o PIS/Pasep; e
- IV – Contribuição para o PIS/Pasep-Importação

§ 1º As matérias-primas, os produtos intermediários e os materiais de embalagem de que trata o *caput* deste artigo deverão ser utilizados integralmente no processo produtivo de hidrogênio de baixo carbono.

§ 2º Realizada a utilização de que trata o § 1º, a suspensão de que trata este artigo converter-se-á em alíquota 0 (zero).

§ 3º Em caso de descumprimento da exigência prevista no § 1º deste artigo, aplica-se o disposto nos §§ 4º e 6º do art. 3º.

§ 4º Para fins do disposto neste artigo e no art. 6º-B da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, a água e a energia elétrica são consideradas matérias-primas para a produção do hidrogênio de baixo carbono, quando necessárias ao processo produtivo.

§ 5º O disposto neste artigo aplica-se também à importação ou contratação de serviços no mercado interno, por beneficiária do Rehidro, destinados à implantação ou ao desenvolvimento das atividades referidas no *caput* e no § 1º do art. 2º.

Art. 19. Nas notas fiscais relativas à venda de máquinas, aparelhos, instrumentos, equipamentos, materiais de construção, matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem e à prestação de serviços, para empresa beneficiária do Rehidro, deverá constar, respectivamente:

I – a expressão “Venda efetuada com alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins”, com a especificação do dispositivo legal correspondente; ou

II – a expressão “Prestação de serviço efetuada com alíquota zero da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins”, com a especificação do dispositivo legal correspondente.

Art. 20. Nas hipóteses de que tratam os arts. 17 e 18, a beneficiária do Rehidro poderá optar pelo pagamento das referidas contribuições incidentes na importação ou na aquisição no mercado interno, o que não implicará renúncia ao Rehidro.

Art. 21. A beneficiária do Rehidro poderá aproveitar crédito sobre a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico instituída pela Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, relativa a exploração de patentes, uso de marcas, importação de serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, e pagamentos ou remessas para o exterior a título de *royalties*, a qualquer título, desde que relacionados às atividades referidas no *caput* e no § 1º do art. 2º.

Parágrafo único. O crédito referido no *caput*:

I – será determinado com base na contribuição devida, incidente sobre pagamentos, créditos, entregas, emprego ou remessa ao exterior nas hipóteses de que trata o *caput* deste artigo, mediante utilização dos seguintes percentuais:

a) 100% (cem por cento), durante os cinco primeiros anos contados do ingresso da beneficiária no Rehidro; e

b) 50% (cinquenta por cento), após o período disposto na alínea ‘a’ deste inciso;

II – será utilizado, exclusivamente, para fins de dedução da contribuição incidente em operações posteriores.

Art. 22. Sem prejuízo de outros incentivos previstos na legislação tributária, a beneficiária do Rehidro submetida ao regime de tributação com base no lucro real, para efeito de apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, poderá usufruir dos seguintes incentivos fiscais:

I – depreciação integral, no próprio ano da aquisição, de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos destinados à instalação ou ao desenvolvimento das atividades referidas no *caput* e no § 1º do art. 2º;

II – exclusão, em relação ao lucro líquido, dos custos e despesas com capacitação de pessoal que atue nas atividades referidas no *caput* e no § 1º do art. 2º, sem prejuízo da dedução normal.

§ 1º A depreciação integral de que trata o inciso I do *caput* deste artigo:

I – constituirá exclusão do lucro líquido para fins de determinação do lucro real e será escriturada no livro fiscal de apuração do lucro real;

II – poderá ser aplicada em relação ao saldo não depreciado dos bens adquiridos anteriormente ao ingresso no Rehidro, sendo que a soma da depreciação normal com a integral não pode ultrapassar o custo de aquisição do bem.

§ 2º A partir do período de apuração em que for atingido o limite de que trata o inciso II do § 1º deste artigo, o valor da depreciação normal, registrado na escrituração comercial, será adicionado ao lucro líquido para efeito de determinação do lucro real.

Art. 23. O disposto no art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, aplica-se às debêntures emitidas por beneficiária do Rehidro relacionadas à captação de recursos com vistas a implementar ou expandir projetos relacionados às atividades de que tratam o *caput* e o § 1º do art. 2º desta Lei.

Seção II

Do desenvolvimento do mercado do hidrogênio de baixo carbono

Art. 24. A pessoa jurídica que apure a Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins pelo regime não cumulativo, e que adquira hidrogênio de baixo carbono para utilização em sua atividade econômica, inclusive se localizada em ZPE, poderá deduzir das contribuições devidas em cada período de apuração crédito presumido calculado sobre o valor de aquisição do referido bem.

§ 1º O crédito presumido será definido pelo Poder Executivo, não podendo ser superior às alíquotas previstas no art. 2º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

§ 2º O disposto no *caput* deste artigo não se aplica às aquisições destinadas à distribuição, comercialização ou revenda.

§ 3º Também poderá deduzir crédito presumido das contribuições referidas no *caput* deste artigo a pessoa jurídica que consuma hidrogênio de baixo carbono por ela produzido.

§ 4º O valor do crédito presumido de que trata o § 3º será fixado pelo Poder Executivo e se dará por meio de alíquota específica, com base no

volume de utilização de hidrogênio de baixo carbono, em montante que busque a neutralidade do benefício em relação às aquisições de terceiros.

Seção III

Da pessoa jurídica produtora de hidrogênio de baixo carbono instalada em Zona de Processamento de Exportação

Art. 25. Nas vendas de hidrogênio de baixo carbono produzido por pessoa jurídica instalada em ZPE é mantida a suspensão da exigência dos tributos referidos no art. 6º-B daquela lei, quando destinadas a pessoa jurídica preponderantemente exportadora, definida nos termos do § 3º do art. 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

§ 1º Nas notas fiscais relativas às saídas de que trata o caput deste artigo deverá constar a expressão "Saída de ZPE com suspensão de tributos", com a especificação do dispositivo legal correspondente, vedado o registro dos tributos nas referidas notas.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se também às vendas de derivados de hidrogênio de baixo carbono produzidos em ZPE previstos em regulamento como alinhados aos objetivos de que trata o art. 3º.

§ 3º Para os fins do disposto neste artigo, as empresas adquirentes deverão:

I – atender aos termos e às condições estabelecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda;

II – apresentar projeto para aprovação pelo Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação, de que trata o art. 3º da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, em que indique a relevância dos produtos de empresa situada na ZPE para a elaboração de seus bens e serviços destinados à exportação; e

III – submeter-se ao disposto no caput e no § 1º do art. 6º-C da Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, em caso de venda no mercado interno de produto industrializado que tenha utilizado aquisições com a suspensão de exigência de tributo de que trata este artigo.

DOS INCENTIVOS REGULATÓRIOS

Art. 26. Os incentivos regulatórios de que trata esta lei deverão, na forma do regulamento, receber gradação proporcional à intensidade de emissões de GEE evitadas em razão de seu uso.

Parágrafo único. Os incentivos regulatórios de que trata esta lei poderão, na forma do regulamento, receber gradação proporcional ao percentual de utilização de bens e serviços de origem nacional no processo produtivo e na pesquisa e desenvolvimento tecnológicos.

Seção I

Das instalações de interesse restrito

Art. 27. As áreas necessárias às instalações de transporte de energia elétrica de interesse restrito de agente outorgado, que não sejam destinadas ao acesso ao sistema de transmissão ou distribuição, poderão receber declaração de utilidade pública pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, nos termos do art. 10 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, desde que sejam dedicadas ao suprimento exclusivo de projetos de produção de hidrogênio de baixo carbono.

Seção II

Do benefício tarifário para produção de hidrogênio

Art. 28. O art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte § 1º-K:

“Art. 26

§ 1º-K. Para empreendimentos que se destinem à produção de hidrogênio de baixo carbono como atividade principal, a Aneel estipulará percentual de redução não inferior a 50% (cinquenta por cento) a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, incidindo apenas no consumo da energia, durante 10 (dez) anos, a contar da data de publicação desta Lei, desde que:

I - a energia seja adquirida de empreendimentos hidroelétricos com potência igual ou inferior a 5.000 kW (cinco mil quilowatts) e para aqueles com base em fontes solar, eólica, biomassa e cogeração qualificada;

II – o hidrogênio produzido seja renovável e de baixo carbono a partir de uso de energia elétrica, segundo a definição estabelecida no marco legal de hidrogênio de baixo carbono;

II – o consumo e a geração de energia elétrica estejam localizados na mesma área de concessão ou permissão de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica; e

III – a operação comercial de consumo e geração de energia se inicie atendendo a critério de adicionalidade nos termos do inciso V do art. 4º do marco legal de hidrogênio de baixo carbono.” (NR)

Seção III

Dos leilões de energia elétrica

Art. 29. O art. 3º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

§ 4º No procedimento licitatório para contratação de reserva de capacidade de que trata o *caput*, deverá ser observado percentual mínimo de 5% (cinco por cento) para empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados a partir do ano de 2028.” (NR)

CAPÍTULO V

DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO HIDROGÊNIO DE BAIXO CARBONO – PHBC

Seção I

Das disposições gerais

Art. 30. Fica instituído o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixo Carbono – PHBC, de natureza contábil e financeira, com a finalidade de constituir fonte de recursos para a transição energética a partir do uso de hidrogênio de baixo carbono, por meio da equalização de custos de produção.

Parágrafo único. Constituem objetivos do PHBC:

I – o desenvolvimento do hidrogênio de baixo de carbono e do hidrogênio renovável de que trata esta lei; e

II – o suporte às ações em prol da transição energética em apoio ao Coges-PNH2 de que trata o art. 8º desta lei.

Seção II

Dos recursos do PHBC

Art. 31. Constituem recursos do PHBC:

I – até 5% (cinco por cento) dos recursos de que trata o inciso I do § 2º do art. 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997;

II – dotações consignadas na lei orçamentária anual da União e em seus créditos adicionais;

III – recursos decorrentes de acordos, ajustes, contratos e convênios celebrados com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal;

IV – doações realizadas por entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;

V – empréstimos de instituições financeiras nacionais e internacionais;

VI – reversão dos saldos anuais não aplicados;

VII – percentual de lucros excedentes das agências financeiras oficiais de fomento do exercício anterior, a ser definido conforme regulamento;

VIII – resultados de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades;

IX – recursos extraordinários previstos nesta lei; e

X – outros recursos destinados ao PHBC por lei.

Seção III

Dos recursos extraordinários do PHBC

Subseção I

Do excedente econômico de Itaipu Binacional

Art. 32. O art. 22 da Lei nº 14.182, de 12 de junho de 2021, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

“Art. 22.

.....
§ 1º Até que o Anexo C de que trata o *caput* seja revisado, o excedente econômico pela aquisição e comercialização dos serviços de eletricidade de Itaipu Binacional deverão ser destinados à CDE para fins de aplicação no Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixo Carbono de que o marco legal do hidrogênio de baixo carbono.

§ 2º As iniciativas de Itaipu Binacional no campo da responsabilidade social e ambiental que se insiram como componente permanente na atividade de geração de energia deverão contemplar aplicação mínima de 50% (cinquenta por cento) em projetos e iniciativas de pesquisa relacionadas ao uso de hidrogênio de baixo carbono.” (NR)

Subseção II

Dos recursos da cessão de direitos sobre a parcela da União no regime de partilha da produção

Art. 33. Fica destinado ao PHCB, nos termos do inciso IX do art. 31 desta lei, o montante de 10% (dez por cento) do produto da receita da cessão pela União, de que trata lei específica, de sua parcela do excedente em óleo proveniente de contratos de partilha de produção e de acordos de individualização da produção em áreas não contratadas na área do pré-sal ou em áreas estratégicas de que trata a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

Seção IV

Dos investimentos do PHBC

Art. 34. O PHBC poderá conceder subvenção econômica na comercialização de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados produzidos em território nacional, destinados para consumo no mercado interno ou para fins de exportação, observadas as diretrizes desta lei.

§ 1º A subvenção de que trata o *caput* será precedida de procedimento concorrencial mediante proposição do Coges-PHN2 ao CNPE, que definirá suas diretrizes, em especial o disposto no art. 26 desta lei.

§ 2º A proposição do procedimento concorrencial deverá observar a disponibilidade de recursos do PCHB.

§ 3º São elegíveis à subvenção de que trata o *caput* as empresas ou consórcios de empresas autorizadas a exercerem atividade de produção de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados nos termos do art. 11 desta lei, e que participem de processo concorrencial, nos termos deste artigo.

§ 4º A subvenção econômica de que trata o *caput* será limitada ao prazo de dez anos a contar da data de publicação desta lei.

Art. 35. A política de investimentos do PHBC tem por objetivo buscar a rentabilidade, a segurança e a liquidez de suas aplicações, e assegurar sua sustentabilidade econômica e financeira para o cumprimento das finalidades definidas no art. 31.

TÍTULO IV DA CERTIFICAÇÃO DO HIDROGÊNIO

Art. 36. A certificação da produção de hidrogênio de baixo carbono, para os fins desta Lei, terá como prioridade os atributos de origem com vistas ao atingimento dos objetivos da Política Nacional do Hidrogênio de Baixo Carbono, com base em critério de intensidade de emissões de GEE, além de outros estabelecidos em regulamento.

§ 1º O Agente Certificador de Origem (ACO) e seus processos de certificação serão credenciados, fiscalizados e regulados pela autoridade competente de que trata art. 11 desta lei.

§ 2º O regulamento estabelecerá os critérios, os procedimentos e as responsabilidades para concessão, renovação, suspensão e cancelamento

do Certificado da Produção de Hidrogênio de Baixo Carbono, bem como critérios e procedimentos de auditoria externa.

Art. 37. A produção de hidrogênio deverá ter Certificação de Garantia de Origem (CGO), a ser expedido pelo Agente Certificador de Origem (ACO) e deverá expedida com, no mínimo, as seguintes informações:

I – a origem do insumo para produção do hidrogênio;

II – o sistema de sequestro geológico permanente de dióxido de carbono, quando couber;

III – a garantia de utilização única da contabilidade do dióxido de carbono estocado, na hipótese do inciso II, comprovando o cancelamento no sistema de registro de crédito de carbono em que foi alocado;

IV – a contabilidade das emissões a montante do processo produtivo, no que couber.

Art. 38. A CGO para produção de hidrogênio que envolve processo de eletrólise da água, além do previsto no art. 38, deverá seguir critérios de adicionalidade, temporalidade e de produção de energia elétrica por fontes renováveis.

§ 1º O CGO deverá contabilizar a energia elétrica utilizada para produção de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados.

§ 2º Para fins de produção de hidrogênio cuja fonte seja a solar, eólica ou hidráulica, a zona de oferta de energia equivalerá ao subsistema do Sistema Interligado Nacional em que esteja instalado o empreendimento.

§ 3º O CGO de empreendimento conectado à rede de distribuição de energia elétrica será considerado de origem renovável na hipótese em que a zona de oferta de energia tenha gerado, no ano civil anterior, energia elétrica com origem renovável em proporção igual ou superior a 80% (oitenta por cento).

§ 4º O regulamento deverá prever atualização do percentual previsto no § 3º, de forma gradual e progressiva, não podendo ser inferior a 90% (noventa por cento) em 31 de dezembro de 2030.

§ 5º O pagamento dos encargos setoriais pela energia elétrica na forma de autoprodução e consumida para fins de produção de hidrogênio será apurado com base no consumo líquido mensal quando a instalação de geração

de energia elétrica e o empreendimento de hidrogênio se localizarem na mesma zona de oferta de energia.

§ 6º Para fins de apuração de consumo de energia de empreendimento de hidrogênio conectado à rede de distribuição, será utilizada base mensal líquida, podendo ser compensado trimestralmente por meio de autogeração ou contratos de compra de energia.

Art. 39. Os contratos de compra de hidrogênio de que trata essa lei e seus derivados por agente consumidor terão seus créditos de carbono vinculados aos produtos, e sua contabilidade deverá ser realizada no consumo final, na forma do regulamento.

Art. 40. O Poder Público deverá garantir transparência nos processos de emissão de certificados de que trata essa lei, de auditoria por terceiros, e de disponibilidade de informação à sociedade civil, inclusive por intermédio de sistema eletrônico na rede mundial de computadores.

TÍTULO V DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

CAPÍTULO I DA SUSTENTABILIDADE

Seção I

Do uso da água para a produção do hidrogênio

Art. 41. O Poder Público deverá dar prioridade na análise para emissão de outorga de uso de recursos hídricos para produção de hidrogênio de baixo carbono.

Parágrafo único. A suspensão de outorga de uso de recursos hídricos nos termos do *caput* somente poderá ocorrer para atendimento ao disposto no inciso III do art. 1º da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997.

Art. 42. Os projetos de produção de hidrogênio de que trata esta lei deverão priorizar o uso das águas originadas de processo de dessalinização, bem como de águas de chuva e o reúso não potável das águas cinzas de que trata o art. 49-A da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.

Art. 43. Fica proibida a emissão de outorga e o uso de recursos hídricos para projetos de produção de hidrogênio de que trata esta lei em regiões de bacias hidrográficas críticas e em locais com conflito de uso de águas.

Parágrafo único. O Poder Executivo Federal estabelecerá os locais com conflito de uso de águas de que trata o *caput*.

Art. 44. Os preços unitários estabelecidos para cálculo da cobrança pelo uso da água, nos termos do art. 20 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, não poderão exceder os valores praticados nas outorgas vigentes para o mesmo recurso hídrico.

Seção II

Dos ativos associados à redução de gases de efeito estufa (Mercado de Carbono)

Art. 45. O Poder Público adotará medidas para apoiar o desenvolvimento de projetos voltados à geração de ativos de carbono relacionados ao processo de produção de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados, incluindo:

I – viabilização da participação em mecanismos de transferência internacional previstos no art. 6º do Acordo de Paris;

II – incentivo à adoção de metodologia de certificação de ativos de carbono gerados no âmbito da produção de hidrogênio;

III – fomento à participação das empresas integrantes da indústria de hidrogênio de baixo carbono e de seus derivados na geração e na negociação de ativos no âmbito dos mercados voluntários de carbono e dos sistemas nacional e internacional de comércio de emissões de gases causadores do efeito estufa (GEE).

CAPÍTULO II

DAS DEMAIS ALTERAÇÕES LEGAIS

Art. 46. O art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

.....
XXII – oferecer contribuições à ANP para regular, nos termos do marco legal do hidrogênio de baixo carbono, a autorização para o exercício da atividade de produção de hidrogênio a partir do uso de energia elétrica para eletrólise, a ser exercida por qualquer empresa, ou consórcio de empresas, constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, observando os limites de atuação estabelecidos em regulamento.” (NR)

Art. 47. A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

.....
XVIII – mitigar as emissões de gases causadores de efeito estufa e de poluentes nos setores de energia e de transportes, inclusive com o uso de biocombustíveis e hidrogênio de baixo carbono e seus derivados;
e

XIX – incentivar a produção, promover a competitividade no País e no mercado internacional, bem como atrair investimentos em infraestrutura ligada à indústria de hidrogênio de baixo carbono e seus derivados.” (NR)

“Art. 2º

.....
XV – estabelecer diretrizes para o desenvolvimento da indústria de hidrogênio de baixo carbono.

.....” (NR)

“Art. 8º A ANP terá como finalidade promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis, e do hidrogênio no que lhe compete conforme a lei, cabendo-lhe:

.....

VIII – declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à exploração, ao desenvolvimento e à produção de petróleo e gás natural, à construção de refinarias, de unidades de processamento de gás natural, de instalações de estocagem subterrânea, de dutos e de terminais, bem como à construção de infraestrutura essencial à produção de hidrogênio;

.....
XVIII – especificar a qualidade dos derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, dos biocombustíveis e do hidrogênio;

.....
XXXVI – regular e autorizar as atividades relacionadas à produção, ao carregamento, ao processamento, ao tratamento, à importação, à exportação, à armazenagem, à estocagem, ao acondicionamento, ao transporte, à transferência, à distribuição, à revenda e à comercialização de hidrogênio, assim como avaliação de conformidade e certificação de sua qualidade, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

XXXVII – regular e autorizar, em conjunto com a Agência Nacional de Energia Elétrica, as atividades relacionadas à produção de hidrogênio renovável e de baixo carbono a partir de uso de energia elétrica, na forma do regulamento;

XXXVIII – regular e autorizar, em conjunto com outras agências reguladoras, as atividades relacionadas à produção de hidrogênio renovável e de baixo carbono que utilizem em seus processos produtivos insumos regulados por essas agências, na forma do regulamento.

.....” (NR)

Art. 48. O art. 1º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VIII:

“Art. 1º

.....

VIII - as concessionárias e as permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica deverão aplicar no mínimo 10% (dez por cento) dos recursos para pesquisa e desenvolvimento em tecnologias para produção de hidrogênio de baixo carbono a partir do uso de energia elétrica.

.....” (NR)

Art. 49. A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 13

XIX – prover recursos para compensar descontos aplicados nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição e nos encargos para a produção do hidrogênio renovável e de baixo carbono, com vistas à transição energética, exclusivamente por meio de recursos oriundos do inciso VII do § 1º deste artigo.

§ 1º

VII – do Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixo Carbono, nos termos especificado marco legal do hidrogênio de baixo carbono, exclusivamente para atendimento do disposto no inciso XIX do *caput* deste artigo.

.....” (NR)

Art. 50. O art. 26 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 26.

§ 5º A equiparação prevista no *caput*, bem como seus efeitos, se estende aos consumidores que atendam cumulativamente aos seguintes requisitos:

I – que produza hidrogênio de baixo carbono com uso de energia elétrica, segundo a definição estabelecida no marco legal do hidrogênio de baixo carbono;

II – que o consumo e a geração de energia elétrica estejam localizados na mesma área de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica;

III – que inicie a operação comercial de consumo e geração de energia atendendo a critério de adicionalidade nos termos do marco legal do hidrogênio de baixo carbono; e

IV – que energia consumida seja contratada a partir de fontes eólica e solar, sendo a equiparação limitada ao montante efetivamente gerado.” (NR)

Art. 51. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.